

*Ata da 46ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 17 de maio de 2012.*

Presidência do Senhor Deputado Pedro Tavares, *ad hoc*. À hora regimental, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Saches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cláudia Oliveira, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Luciano Simões, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria Del Carmem, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Vando, Yulo Oiticica e Zé Raimundo (54). Havendo *quorum* regimental, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão. Em seguida, comunicou o expediente despachado pela presidência: ofícios dos Deputados Kelly Magalhães, Paulo Rangel e Rosemberg Pinto, justificando as ausências que tiveram em sessões plenárias. PEQUENO EXPEDIENTE – O Deputado Gildásio Penedo, ao tratar sobre o preenchimento da vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), analisou aspectos constitucionais e os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos princípios da proporcionalidade e da vinculação da vaga, concluindo que aquela vacância deve ser preenchida com a indicação da Assembleia Legislativa. Nesse sentido, defendeu a indicação do auditor de contas do TCE, Inaldo Paixão, apresentando a justificativa. O Deputado Fabrício Falcão elogiou a instalação, no dia precedente, da Comissão da Verdade, “fundamental para esclarecer a verdade da história do Brasil durante o Regime Militar”, bem como elogiou a promulgação da lei que dá acesso a informações de questões públicas. Posicionou-se favorável à indicação do auditor Inaldo Falcão para ocupar a vaga de conselheiro do TCE, “indicação que cabe a esta Casa”, enaltecendo as qualidades daquele. O Deputado Paulo Rangel noticiou sobre a viagem que, com quatro deputados federais, fizera a Cuba, enaltecendo a qualidade da educação, da saúde e das rodovias. Registrou satisfação por ter participado das comemorações do 1º de Maio naquele país e lamentou a manutenção do embargo americano. A Deputada Luiza Maia patenteou apoio à indicação do auditor do TCE, Inaldo Falcão. Registrou que vai fazer uma campanha, visando que

os projetos dos parlamentares cheguem ao plenário para serem apreciados, sobretudo os da bancada feminina. Comentou sobre a lei da aposentadoria especial para os trabalhadores da limpeza urbana, aprovada pelo Senado. Em tempo, solicitou a inserção, nos Anais da Casa, do artigo da Secretária da Mulher, Lucinha Barbosa, intitulado “Mulheres, principais vítimas da longa estiagem”. O Deputado Paulo Rangel, pela ordem, esclareceu à oradora precedente que os projetos destinados à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) são distribuídos com celeridade para os relatores na ordem que se apresentam e, por essa razão, a comissão não pode priorizar projeto por ser da bancada feminina. O Deputado Adolfo Viana parabenizou a Deputada Luiza Maia pela luta em prol da votação dos projetos dos parlamentares. Nesse sentido, apelou aos pares para apreciar o projeto dele, que tramita na Casa e visa a implantação de um dispositivo de segurança nos ônibus coletivos. Homenageou o Município de Casa Nova que, apesar da seca e das dificuldades que enfrenta, ganhou o prêmio do melhor produtor de vinho tinto do Brasil. O Deputado Carlos Geilson deu o testemunho de que a CCJ trabalha com celeridade, todavia, concorda que os projetos dos parlamentares precisam vir a plenário. Tratou sobre a falta de segurança nas escolas públicas, discorrendo a situação da Escola Maria da Glória Carvalho Bahia, no Município de Feira de Santana, que suspendeu as aulas depois de ter sido assaltada quatro vezes. Mostrou-se preocupado com a pesquisa feita pelo Inep, a qual apontou que os alunos da rede estadual da Bahia são portadores do segundo pior índice de desempenho do Brasil, enquanto o Governo do Estado continua intransigente com o movimento grevista dos professores. O Deputado Elmar Nascimento ponderou sobre a fala do Deputado Gildásio Penedo e, ao concordar que a indicação para preenchimento da vaga de conselheiro do TCE, de fato, é da Casa, defendeu que, para ocupá-la, o indicado deveria reunir as condições constitucionais e ter passado pelo Parlamento, argumentando que um parlamentar tem mais sensibilidade política para julgar as contas. No entanto, registrou que na reunião da Mesa Diretora apoiará a indicação do auditor de contas Inaldo Paixão. O Deputado Paulo Azi lamentou que, enquanto o Estado atravessa duas graves crises – a seca e a greve dos professores, a Casa se omitisse a discutir e buscar soluções, assistindo mais de mil estudantes fora da sala de aula e os baianos sofrerem com os efeitos da seca. O Deputado Álvaro Gomes, ratificando a disposição de buscar uma saída negociada para a greve dos professores, que entende ser justa, chamou atenção do comando de greve para avaliar a atitude de alguns grevistas, que estavam agredindo os parlamentares, verbal e fisicamente, “atitude não condizente com a democracia”, lembrando que o conflito é entre os professores e o Executivo, não com o Legislativo. Por fim, afirmou que, como sindicalista nunca agrediu a ninguém durante o processo de greve, porque luta por princípios, ideias e concepções. O Deputado Bira Corôa convidou a todos para a Sessão Especial que, naquela tarde, às 15 horas, irá celebrar o Dia da África (25 de maio), ressaltando as relações com as casas africanas sediadas na Bahia, com a perspectiva de ampliar as relações da Bahia com a África, ao tempo

em que celebrou os avanços das políticas reparadoras, que vêm proporcionando a reestruturação da sociedade, e as decisões do STF ao julgar a ação do DEM, reafirmando as cotas para as universidades públicas e o Prouni, bem como pela afirmação das terras indígenas no Extremo-Sul da Bahia. Constatada a falta de *quorum* regimental, através da solicitação do Deputado Paulo Rangel, o Sr. Presidente, Deputado Reinaldo Braga, encerrou a Sessão, à qual deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Bruno Reis, Herbert Barbosa, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luiz Augusto, Temóteo Brito, Tom Araújo e Zé Neto (09).

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –